



PLANO DE GESTÃO

BIÊNIO 2017-2019

**Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Presidente do TJPA**

**Belém
2017**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
PRESIDENTE

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
VICE-PRESIDENTE

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
CORREGEDOR DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA

Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
CORREGEDORA DE JUSTIÇA DO INTERIOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

Sueli Lima Azevedo
Maria de Nazaré Saleme

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA

Karla Loren L. Gonçalves

COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Valéria Fontelles - Coordenadora
Luciana Vieira de Souza Caliri
Luciana Sá Fernandes

COORDENADORIA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO

Gleison Gomes - Coordenador
Neliane Colares



PLANO DE GESTÃO 2017-2019 – EXERCÍCIO 2017

O Plano de Gestão consiste no menor detalhamento do planejamento estratégico a ser implementado a cada gestão bienal e dispõe sobre ações, produtos, etapas, prazos e responsáveis. O Planejamento Estratégico do Poder Judiciário abrange um período de seis anos, e norteia os trabalhos de três gestões do Tribunal de Justiça. Cada gestão elege prioridades que serão transformadas em ações e que serão realizadas durante o biênio. No Plano bienal foram pactuadas 88 ações e 544 etapas, distribuídas por 161 responsáveis, entre magistrados e servidores, o que reforça o caráter participativo do Plano, em consonância com o Planejamento Estratégico 2015-2020 e as diretrizes do CNJ relativas à gestão participativa e democrática.

Para avaliação da execução do Plano de Gestão são realizadas quadrimestralmente Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE). No exercício 2017 foram realizadas 2 reuniões nos meses de junho e outubro.

O Plano é acompanhado pelo Sistema de Monitoramento de Planejamento (SIMPLAN), que é uma ferramenta centrada no uso da informação como instrumento de gestão e opera de modo a atender as etapas de monitoramento e avaliação, que fazem parte do ciclo do planejamento.

AÇÕES CONCLUÍDAS: no exercício de 2017 foram concluídas 13 (ações) ações, conforme segue:

- 1. PROMOVER ADAPTAÇÃO E MELHORIAS NOS SISTEMAS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS:** foram implantados Módulo de Repasse no Sistema de gestão de Depósitos Judiciais, Guia Fiança Online e Recolhimento de Depósitos de Precatórios On line.
- 2. IMPLANTAR PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EM TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO E LIDERANÇA DE MAGISTRADOS E DIRETORES DE SECRETARIA:** foram ministrados 5 módulos, 2 em Belém com 104 concluintes, 2 em Castanhal com 87 concluintes e 1 em Altamira com 56 concluintes.
- 3. PROMOVER A CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES DAS VARAS AGRÁRIAS:** o curso foi ministrado de forma semipresencial com 84 concluintes.
- 4. REDISCUTIR A COMPETÊNCIA DAS VARAS AGRÁRIAS:** os magistrados titulares de Varas Agrárias ou que já foram titulares dessas Varas Especializadas, discutiram e chegaram à conclusão que as Varas Agrárias, de acordo com os artigos 126 CF/88 e 167 da Constituição do Estado do Pará, deviam ter competência exclusiva para questões agrárias. Nesse sentido, foi encaminhado à Comissão de Organização Judiciária para apreciação da referida matéria.



- 5. IMPLEMENTAR PROJETO DE ITINERÂNCIA DO CENTRO JUDICIÁRIO E SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSC):** foi estabelecida parceria entre a Coordenadoria dos Juizados Especiais e o NUPEMEC para implementação e execução do CEJUSC Itinerante, que foi realizado nas comarcas de Marituba, Benevides, Castanhal.
- 6. IMPLEMENTAR PLANO DE “ESFORÇOS CONCENTRADOS” PARA O JULGAMENTO DE PROCESSOS DE PRESOS PROVISÓRIOS:** o Esforço Concentrado teve duas fases, na 1ª fase ocorreu a análise dos processos e a realização de audiências. Já na 2ª Fase, o GMF/TJE-PA examinou os dados encaminhados pelas Varas criminais, com base na fase de audiência instrução e julgamento dos processos, e identificou fatores que determinaram ou contribuíram para a não ocorrência das audiências de instrução e julgamento.
- 7. INSTITUIR REDE DE GOVERNANÇA NA ÁREA DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS:** foi celebrado acordo de Cooperação Técnica nº 033/2017, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Tribunal Regional Eleitoral, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
- 8. CAPACITAR FORÇA DE TRABALHO NO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS:** foi realizado ciclo de palestras com o tema "O Novo CPC em debate". O projeto atingiu 9 (nove) Pólos que resultou em visitas técnicas, bem como reuniões, com finalidade de fomentar a importância do cadastramento correto dos processos, além de rodadas de conversas sobre as teses dos recursos repetitivos, começando pelas comarcas do interior do Estado e depois pelos juizados especiais e no desembargo.
- 9. INSTITUCIONALIZAR O PROJETO “RECICLAR DIREITO”:** o projeto foi autorizado com a publicação da Portaria n.º 5326/2017-GP, que objetiva promover mudanças na cultura do Tribunal, com a adoção de atitudes que estimulem alteração dos padrões de compra e consumo que conduzam ao uso otimizado dos recursos naturais.
- 10. ESPECIALIZAR VARA EM SAÚDE:** especializar uma das varas da Fazenda Pública da Capital em matéria de saúde pública, sendo destinada as demandas de caráter individual, sem olvidar outras competências já estabelecidas e respeitada a competência da vara do Juizado Especial da Fazenda Pública. Foi publicada no DJE de 11.09.2017, a Resolução 14/2017, dispondo sobre a competência da 3ª e 4ª varas da Fazenda da Capital, acerca das ações de saúde (individual).
- 11. AMPLIAR PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO EXTERNA:** implementar novos mecanismos de comunicação externa, sobretudo os que aliem recursos audiovisuais às mídias sociais, para apoiar os canais de comunicação convencionais já utilizados, com a produção e publicação de vídeos institucionais de interesse do cidadão.



12. ESTRUTURAR SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTERNA: foi criado um Plano Modelo de Comunicação Interna no sentido de definir, juntamente com Coordenadoria de Imprensa, ações e produtos de comunicação adequados à divulgação dos produtos e serviços do setor modelo (SGP), no que diz respeito ao seu público interno e à valorização do servidor.

13. IMPLANTAR PROJETO AUDIOGUIA PARA VISITANTES DO EDIFÍCIO SEDE: o projeto de audioguia para visitas ao prédio sede do TJPA criou uma opção de acesso e divulgação da história do TJPA de maneira autônoma e interativa, visando divulgar, valorizar e estimular a preservação da memória do Judiciário Paraense. Facilitou a inclusão da sociedade nas atividades de cunho histórico oferecidas pelo Tribunal e estreitou as relações entre o TJPA e jurisdicionado.

Entre as ações desenvolvidas do Plano por **MACRODESAFIO**, destacam-se as seguintes:

MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

Este macrodesafio é composto por 10 ações, 39 etapas e encontra-se com **63%** de percentual de execução. Para atender aos objetivos do macrodesafio estão sendo desenvolvidas ações de itinerância, projetos voltados a infância e juventude, aprimoramento no julgamento dos processos de ações coletivas (Meta 6) e estudos para priorização do idoso em situação de vulnerabilidade.

Avaliação:

Dentre as diversas ações planejadas no referido macrodesafio, destaca-se **o programa de atendimento às demandas de entrega voluntária de crianças para adoção**, que está sendo estruturado por um Grupo de Trabalho. O objetivo é institucionalizar um protocolo de atendimento válido para todo o Estado. Nesse sentido foi elaborado um cronograma de ações de sensibilização e de formação das equipes que atuam na área da saúde e a escolha de unidades de saúde para implantação de um projeto piloto do programa, considerando suas capacidades de atendimento desde o pré-natal até o puerpério.

Na **ação destinada a consolidar projetos voltados à Infância e Juventude**, destaca-se o projeto Minha Escola, Meu Refúgio, que busca a prevenção e o combate à violência sexual, respeito à dignidade da pessoa e proteção integral à criança e ao adolescente, para proporcionar-lhes desenvolvimento físico, mental e emocional saudável. O **Projeto Reescrevendo nossa história**, atenderia anualmente 600 adolescentes e jovens socioeducandos e egressos, encaminhados pela FASEPA e pela FUNPAPA para reinserção social, através da profissionalização, com atendimento familiar. No ano de 2017, realizou 1.230 atendimentos (matrículas em cursos) no **Una e em Jacundá**, com



previsão de continuidade em 2018. Os demais projetos estão em andamento enfrentando dificuldades na execução.

Outra ação de suma importância para garantir os direitos de cidadania é a **intensificação dos projetos itinerantes**. Registrado até o momento o atendimento de 810 pessoas, com 784 decisões judiciais, nas ações itinerantes (itinerante fluvial cooperativa da Amazônia). O TJPA participou de 38 eventos esportivos (em 13 ocorrências), no Projeto Esporte com Justiça. Foram registrados 508 atendimentos no Projeto Verão com Justiça (audiências, orientações jurídicas, diligências, transações penais, entre outros), realizados nos municípios de Belém (Outeiro e Mosqueiro), Bragança e Salinas;

Foram promovidas 5 Jornadas de Conciliação, com 1.241 audiências realizadas e 442 acordos homologados, que representam mais de 330 mil reais.

No intuito de ampliar a atuação dos **Centro Judiciário e Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejusc)** já existentes, deslocando-se do seu espaço físico para atender a demandas pré-processuais, foi proposta uma ação para implementar projeto de itinerância do Cejusc, ressalta-se que tal ação foi concluída graças à parceria realizada entre a Coordenadoria dos Juizados Especiais e o NUPEMEC. Foram realizadas três itinerâncias: Marituba (abril/17), Benevides (maio/17) e Castanhal (maio/17).

Também foram planejadas ações no intuito de **agilizar o julgamento de ações coletivas (Meta 6)**, mas apesar dos esforços, no ano de 2017, o TJPA não conseguiu alcançar a meta estabelecida.

Visando o **fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários**, foram propostas ações de capacitação de magistrados e servidores das varas agrárias e bem como a rediscussão da competência das varas agrárias. Ressalta-se que as referidas ações já foram concluídas.

Para **priorizar o atendimento ao idoso em situação de vulnerabilidade** está em andamento ação que visa elaboração de proposta para o realinhamento de competência das Varas Cíveis para o cumprimento no disposto no artigo 80 do Estatuto do Idoso.

O macrodesafio Garantia dos direitos da cidadania está em andamento com boa execução, destaca-se que já foram concluídas 3 ações em 2017, sendo que dessas, 2 estavam programadas para 2018 e foram antecipadas.

MACRODESAFIO: CELERIDADE E PRODUTIVIDADE DA PRESTAÇÃO JUDICIAL

Para garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados, foram definidas 7 ações. Para atender ao macrodesafio estão sendo trabalhadas a implementação do PJE nas varas cíveis, a estruturação de varas cíveis e criminais de 2ª entrância com lotação paradigma, a padronização das secretarias



judiciais nas comarcas da região metropolitana, o fortalecimento do grupo gestor de metas e justiça em números, dentre outros. Ressalta-se que o percentual de execução do macrodesafio está em 65%.

Avaliação:

O impacto da virtualização dos processos sobre a gestão judiciária é uma preocupação estratégica do TJPA. **A implantação do PJe em todas as unidades judiciárias com competência civil** tem por objetivo melhorar esse indicador assim como a eficiência processual, com a redução de gastos com material impresso, padronização de rotinas e simplificação de procedimentos nas referidas unidades judiciárias, em especial, a adequação das particularidades da unidade quanto aos fluxos. Nesse sentido está em andamento a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), que já foi implantado em todas as varas cíveis da RMB, conforme planejado. Também foram treinados todos os magistrados e servidores das varas cíveis da capital. Foram criados manuais e vídeo aulas relativas ao Pje, inclusive adicionados ao Ensino a Distância do TJ. A implantação do Pje no interior iniciou-se pela comarca de Concordia do Pará e tem previsão para instalação em mais 9 unidades até outubro de 2018.

Outra ação diz respeito a **estruturaração das Varas Cíveis e Criminais das Comarcas de Segunda Entrância com Lotação Paradigma**, A ação visa fortalecer a gestão das unidades judiciárias de 1º Grau de Jurisdição, a partir de análise de uma tabela de priorização de lotação de servidores nas comarcas, que leve em consideração as variáveis: número de processos distribuídos periodicamente, arrecadação de custas processuais e servidores lotados. Estas variáveis foram eleitas pelo Comitê Único, Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau em 2016.

O TJPA publicou no Diário da Justiça nº 6278/2017, a Resolução nº 16 de 13/09/2017, que regulamentou a aplicação do disposto na Resolução 219/16 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. E publicou no Diário da Justiça nº 6281/2017, a Portaria nº 4477/2017, na qual instituiu os procedimentos relativos a Lotação Paradigma - LP da Área de Apoio Direto à Atividade Judicante - Unidade Judiciária de 1º Grau de que trata a Resolução CNJ 219 e a Resolução 13/2017 - GP (Alterada pela Resolução 16/2017 de 13/09/2017).

Foi feito relatório contendo análise das varas cíveis e criminais de segunda entrância com maior déficit de servidores para receberem prioridade em eventual movimentação para efetivação da lotação paradigma. O acompanhamento periódico das comarcas com necessidade de lotação paradigma está em andamento, aguardando decisão da administração superior do TJPA.

A tramitação e o cumprimento de mandados judiciais revelam-se como um dos maiores problemas de gestão processual da justiça de 1º Grau, ante a carência de oficiais de justiça e falta de procedimento padrão na distribuição de mandados. Nesse sentido foi pensada



uma ação para **aprimorar a gestão administrativa da tramitação e do cumprimento de Mandados Judiciais**, com o objetivo de fortalecer a gestão das unidades judiciárias de 1º. Grau de Jurisdição a partir da instalação, se necessário, de centrais de mandados, nas comarcas com mais de duas (ou três) unidades judiciárias. Após estudo de viabilidade de instalação de centrais de mandado, a comarca de Marabá foi escolhida para receber os ajustes de implantação e ser a comarca modelo de novas centrais de mandado (CM) do mesmo porte. Algumas dificuldades foram percebidas, tais como: troca de coordenador no decorrer da ação, a referida estruturação não está prevista no Plano de Obras e no orçamento do TJPA e a estruturação de pessoal nas centrais de mandados não foi iniciada. Está em andamento ação para **aprimorar a padronização das secretarias judiciais nas Comarcas da Região Metropolitana de Belém**, que visa fortalecer a gestão das unidades judiciárias nas comarcas da Região Metropolitana de Belém, uma vez que a padronização contribui para uma gestão mais eficiente das comarcas. O estabelecimento e a modernização de fluxos de trabalho com definição de tarefas são de suma importância para a adequação da unidade a sua realidade fática proporcionando assim maior rendimento dos trabalhos. Nesse sentido a Presidência do TJPA e Corregedoria Metropolitana assinaram o Provimento Conjunto nº 01, de 11 de maio de 2017 (GP/CJRMB), que dispõe sobre a instituição do Projeto Renovar como Modelo de Padronização das Varas Cíveis e Criminais da Região Metropolitana de Belém.

No entanto, algumas etapas não foram iniciadas e o coordenador está tendo dificuldades em virtude de falta de recursos humanos para aplicação do projeto.

Está em andamento ação para **realizar estudo de redefinição de competências para reorganização das Varas Judiciais de Comarcas de 2ª Entrância**. A ação tem por objetivo diagnosticar as varas que estão com sobrecarga de trabalho e propor redefinição de competências entre varas judiciais da mesma comarca a partir de análise de uma tabela de congestionamento processual das unidades judiciais, que leve em consideração as variáveis: número de processos distribuídos periodicamente, complexidade das causas em tramitação nas varas analisadas, arrecadação de custas processuais e servidores lotados. Encontra-se em andamento a elaboração da minuta de redefinição de competência das comarcas identificadas, sendo que Xinguara já possui resolução aprovada pela COJ.

Com o objetivo de analisar periodicamente os indicadores Taxa de Congestionamento e Índice de Atendimento à Demanda, foi planejada ação para **fortalecer o Grupo Gestor de Metas e Justiça em Números**, o grupo foi reformulado, conforme Portarias nº 1772 e 1773/2017-GP/TJPA. Foi criado Canal de Comunicação Rápida (Painel Gestão Judiciária no Portal Interno); instrumento que permite ao Grupo Gestor, à Presidência do TJPA e aos próprios magistrados terem acesso rápido a informações relevantes sobre produtividade de juízes e servidores, congestionamento e atendimento à demanda das unidades judiciárias, a fim de gerar um incentivo positivo nos magistrados para alcance de metas de



produtividade e subsidiar a Presidência do TJPA para adoção de medidas concretas, inclusive, quando constatada a necessidade, de tomada de decisão para ampliação da estrutura judiciária. Dentre outras manifestações, o grupo gestor sugeriu a implementação do Calendário de Jornadas para Redução de Congestionamento, Até o momento foi realizada uma semana de baixa no mês de agosto de 2017, com pouco mais de 34 mil processos baixados, tais medidas refletem positivamente nos indicadores processuais do TJPA, contribuindo para celeridade e produtividade da prestação judicial.

O referido macrodesafio está em andamento com 65% de execução, destaca-se que a ação **especializar vara em saúde** foi concluída, foi definido, conforme Portaria nº 14/2017-GP/TJPA, que a 3ª e 4ª Varas de Fazenda são competentes para receber e decidir sobre ações de saúde. Por outro lado, a ação **Implantar Programa de Aumento de Produtividade JUSTIÇA 1000** foi cancelada do plano de gestão 2017-2019.

MACRODESAFIO: COMBATE A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Estão sendo trabalhadas 2 ações que visam priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratam do desvio dos recursos públicos e de improbidade e crimes contra a administração pública, são elas: aprimoramento do trabalho dos Grupos Regionais para atuação no julgamento de processos da Meta 4 do CNJ e a digitalização dos processos da meta 4, que atingiu até novembro de 2017 com 58%.

Avaliação:

O Objetivo da meta 4/2017 é identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014.

Nesse sentido, foram pensadas ações para **aprimorar a atuação dos Grupos de Trabalho de Juízes voltados para julgamento das ações da Meta 4 do CNJ**, realizar semanas de impulsionamento dos feitos e criar Grupo de Monitoramento para acompanhamento dos processos, bem como digitalizar parte do acervo da meta 4, inserindo no PJE.

Foi publicada Portaria nº 1146/2017-GP regulamentando grupo de trabalho (GT) de improbidade em Belém, Marabá e Santarém. Foi realizada 1 semana de impulsionamento (SI), no período de 26 a 30 de junho de 2017. Conforme o gráfico abaixo, em junho de 2017, mês da Semana de Impulso às ações de Corrupção, houve um incremento de aproximadamente 37% de sentenças de processos da meta 4, em relação ao mês anterior.



META 4 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



Fonte: Coordenadoria de Controle de Planejamento (CCP)

Apesar dos esforços empreendidos, o TJPA não conseguiu cumprir a meta 4 do CNJ em 2017, ficando com um percentual de 49,45% de cumprimento, conforme mostra o gráfico abaixo.

META 4 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

RESULTADO META 4 - DEZEMBRO DE 2017

| Dimensão Unidades | 2014 | | Sentenças | | | Alcance | | Pendências | |
|--------------------|----------------|--------------|--------------|------------|--------------|---------------|---------------|--------------|------------------------|
| | Acervo da Meta | Alvo (70%) | Até 2016 | em 2017 | Total | Julgamento | Cumprimento | Quantidade | Necessidade Julgamento |
| Belém | 1.315 | 921 | 436 | 168 | 604 | 45,95% | 65,65% | 711 | 316 |
| Extra-Polo | 655 | 459 | 300 | 74 | 374 | 57,15% | 81,64% | 281 | 84 |
| Marabá | 532 | 372 | 156 | 80 | 236 | 44,38% | 63,40% | 296 | 136 |
| Santarém | 426 | 298 | 190 | 44 | 234 | 54,93% | 78,47% | 192 | 64 |
| Total Geral | 2.928 | 2.050 | 1.082 | 366 | 1.448 | 49,45% | 70,65% | 1.480 | 600 |

META: JULGAR 70%

Fonte: Coordenadoria de Controle de Planejamento (CCP)



Foi feito o planejamento das unidades jurisdicionais (29 comarcas) e processos que serão inseridos no Pje, com alteração no cronograma do Pje para que tais comarcas fossem inseridas no Pje o mais cedo possível. Também foi desenvolvida ferramenta para unificação de numeração de processos, por meio da utilização de scripts ou migrações; O Departamento de Documentação e Informação está aguardando os responsáveis remeterem os processos para a digitalização; a inserção dos documentos dos processos no Pje ainda não foi iniciada e tem prazo até outubro de 2018. Houve troca de coordenador de uma ação no macrodesafio e possível reestruturação das etapas.

MACRODESAFIO ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

Para fomentar a resolução negociada de conflitos e estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial está em andamento 2 ações, que tratam da instalação de novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) e do fortalecimento do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos (NUPEMEC).

Avaliação:

Com o objetivo de fortalecer o NUPEMEC, foram planejadas ações para **expandir a estrutura física e de pessoal do Núcleo**, bem como desenvolver sistema de acompanhamento das atividades dos Cejuscs. Estabelecer parcerias e capacitar conciliadores e mediadores. Nesse sentido, foi elaborada minuta de projeto de lei para estruturação organizacional do Nupemec, alterando a Res. nº 015/2016, de acordo com as mudanças do CPC, da Lei da Mediação e da Res. nº125 do CNJ. Essa minuta trata da seleção, certificação, cadastramento, atuação, supervisão, afastamento e exclusão dos conciliadores, mediadores e câmaras privadas de conciliação e mediação; que está sob análise da Comissão de Organização Judiciária;

A definição de **sistemática de acompanhamento das atividades do Nupemec** não foi iniciada e tinha prazo até 15/12/2017 para finalização.

Outra ação diz a respeito à **instalação de CEJUSC's**, a fim de difundir a cultura de paz, tendo o Judiciário como responsável e gestor da política de pacificação social. A realização de tratativas com juízes e entidades parceiras foi iniciada e foram realizadas reuniões nas comarcas de Redenção, Marabá e Xinguara; Encontra-se em andamento a definição de agenda de instalação de novos Cejusc's, com visitas às comarcas de Xinguara, Redenção, Marabá e Marituba, sendo redefinidas as comarcas de Marabá e Redenção para o recebimento dos novos Cejusc's; A estruturação física dos Cejusc's encontra-se em andamento, sendo que o Cejusc de Marituba será estruturado pela Prefeitura local, o projeto de estrutura do Cejusc de Xinguara já foi concluído e a adaptação necessária será executada pela prefeitura local.



A estruturação do corpo funcional dos Cejusc's, está em andamento, com a destinação de dois servidores, contudo, os cejusc's não tem estrutura definida em lei, nem compõem o organograma do judiciário. Atualmente a composição que existe neles advém dos antigos núcleos de mediação de conflitos.

Está em andamento etapa de **realização de treinamento, as tratativas do NUPEMEC e da Escola Superior de Magistratura (ESM)**, para ajustar projetos de curso de mediação e conciliação, iniciaram em julho/2017, no entanto a ESM está encontrando certa dificuldade com relação as capacitações, visto que o credenciamento da ESM junto à ENFAM para oferecimento de curso de formação de mediadores depende de professores com certificado expedido pelo CNJ. A ESM aguarda o preenchimento do requisito para dar prosseguimento ao pedido de credenciamento da capacitação. O macrodesafio está em andamento com percentual de execução de **50%**.

MACRODESAFIO: GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

As 03 ações planejadas buscam reverter a cultura da excessiva judicialização. Destaca-se a capacitação da força de trabalho no tratamento das demandas repetitivas, a padronização dos procedimentos relacionados ao juízo amplo de admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais e a integração dos sistemas do TJPA ao *Webservice* do CNJ.

Avaliação:

Este macrodesafio encontra-se bastante adiantado com **99%** de execução. Foram planejadas 4 ações, das quais 2 foram concluídas e 1 foi excluída do plano de gestão.

Na ação **Capacitar Força de trabalho no tratamento das Demandas Repetitivas**, foram realizados ciclo de palestras "O Novo CPC em debate" com a finalidade de fomentar a importância do cadastramento correto dos processos. O projeto atingiu 9 (nove) Pólos: Santarém, Marabá, Altamira, Paragominas, Breves, Redenção, Itaituba, Capanema e Castanhal. Foram realizadas sete rodadas de conversas, com assessores e magistrados do 1º e 2º grau sobre as teses firmadas, em sede de recursos repetitivos. Essa atividade possui caráter contínuo, visto que sempre surgem novos precedentes judiciais. Daí a necessidade de serem feitos trabalhos periódicos sobre o assunto; Foram realizadas sete capacitações de servidores e magistrados do 1º grau sobre tratamento adequado dos processos repetitivos. Também foram realizadas trinta capacitações de servidores e magistrados do 2º grau no tratamento adequado dos processos repetitivos.

Outra ação concluída diz respeito a **Integração dos sistemas do TJPA ao webservice do CNJ**, que visa facilitar a identificação de temas relacionados às demandas repetitivas. Foram definidos os parâmetros técnicos para envio de informações, por meio do webservice, referentes aos precedentes judiciais, e desenvolvida solução visando



adequação do ambiente interno do Libra (estrutura) para trocar informações com o CNJ, viabilizando o consumo de informação do órgão corregedor, bem como o repasse de informação.

Está em andamento a ação que visa **padronizar os procedimentos relacionados ao juízo amplo de admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais**, redefinir fluxo de trabalho do setor e elaborar organograma dos núcleos. Foi feita a reestruturação da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE) com núcleos especializados no tratamento de matérias de Direito Público, Direito Privado e Direito Penal;

Foi atualizado o módulo no sistema LIBRA para o gerenciamento das demandas repetitivas, bem como concluído módulo de suspensão/sobrestamento de processos desta Corte em virtude de temas dos Tribunais Superiores. Também houve a atualização que permite ao juízo de 1º grau realizar o sobrestamento das demandas repetitivas.

A criação de painel virtual contendo informações acerca do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência (IAC), acompanhado de um campo de pesquisa, está com 80% das suas atividades concluídas, com recuperação apenas dos dados do Libra, uma vez que os dados do Pje ainda não estão disponíveis.

MACRODESAFIO IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Estão sendo executadas 07 ações que visam a recuperação de bens e valores aos cofres públicos e a solução definitiva de litígios: integração dos sistemas entre as Varas de Execução Fiscal e as Procuradorias Estadual e Municipal, promoção de ações voltadas à solução consensual de demandas por meio da mediação e conciliação, estímulo ao protesto de títulos para recuperação de créditos públicos dentre outras.

Avaliação:

Com o objetivo de buscar a integração e compartilhamento de dados do sistema informatizado da dívida ativa, e acesso de informações sobre o débito fiscal do devedor de forma célere e eficiente, foi planejada ação para **integrar os sistemas entre as Varas de Execução Fiscal e as Procuradorias Estadual e Municipal**. O desenvolvimento do webservice, com adaptações no sistema Libra encontra-se em andamento, bem como a efetivação da integração do Pje (Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI) com as Procuradorias. Após a integração, está previsto treinamento e a formalização de acordo de cooperação técnica entre os entes envolvidos.

A ação 6.1.2 do Plano de Gestão 2017-2019, visa **estimular o protesto das Certidões de Dívida Ativa pelas partes conveniadas no Acordo de Cooperação Técnica nº 025/2016**, objetivando o cumprimento do objeto do acordo por meio da implementação dos procedimentos necessários, a fim de otimizar a recuperação de créditos públicos e



reduzir a desjudicialização de ações, desafogando o Judiciário e diminuindo a taxa de congestionamento nas Varas de Execução Fiscal. A utilização do protesto, como meio alternativo de cobrança, tem apresentado resultado positivo na política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, com arrecadação de valor considerável para os entes públicos.

Também foram planejadas ações para **melhoria do cumprimento/execução dos julgados cíveis** com a identificação de dificuldades para definição de estratégias, com o intuito de imprimir mais eficiência na tramitação dos processos de execuções cíveis e cumprimento de sentença/decisão e melhoria da gestão de processos, de pessoas e de rotinas, para maior racionalização de procedimentos. Foi criado plano de conscientização dos magistrados para utilização efetiva dos sistemas eletrônicos de acesso a informação de dados (BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, CENTRAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS), com a finalidade de pesquisa de dados de endereço e bens do executado, para que as execuções/cumprimento de sentença não se perpetuem, direcionando os esforços para as execuções frustradas. E com o objetivo de reduzir o acervo processual e a taxa de congestionamento nas unidades judiciárias, por meio da negociação entre as partes demandantes, com solução definitiva dos processos em fase de execução e cumprimento de sentença/decisão está em andamento ações para **promover solução consensual do cumprimento/execução dos julgados cíveis, por meio da mediação e conciliação**, com a instituição e realização de jornadas de conciliação em cooperação com o NUPEMEC.

O macrodesafio está em andamento com 54% de execução. A ação **identificar os processos de execuções cíveis e cumprimento de sentenças/decisão**, será excluída do plano de gestão, pois foi observado que ela está contida em outra ação (6.2.1- Elaborar estudo para melhoria do cumprimento/ execução dos julgados cíveis), bem como a ação **estabelecer uma política interna de tratamento de dívidas**, pela impossibilidade de Secretaria de Informática de definir parâmetros para identificação dos processos conforme tipo de tributo, valor atualizado do débito e perfil do devedor, inviabilizando assim o cumprimento da ação.

MACRODESAFIO: GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

No intuito de reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social estão sendo desenvolvidas 9 ações, no Plano de Gestão 2017-2019, sobre as seguintes temáticas: violência doméstica e familiar contra as mulheres, gestão de medidas protetivas, Justiça Restaurativa, expansão da aplicação de penas e medidas alternativas, prevenção a violência à criança e ao adolescente, priorização do atendimento ao idoso nas varas criminais e o julgamento de processos de presos provisórios. O percentual de execução deste macro é de 52%.



Avaliação: Para combater a violência doméstica e familiar estão em andamento campanhas de conscientização, para tanto foram firmados dois termos de cooperação técnica com a Associação Supermercadista do Estado (ASPAS, Nº 011/2017) e com a SEDUC (Nº 030/2017); identificados os bairros com maior índice de violência doméstica contra a mulher e elaborado material de divulgação a ser trabalhado em todos os eventos da atual gestão do TJPA. Estão sendo realizadas palestras em escolas, bem como para trabalhadores da construção civil e comércio. Ressalta-se, porém, que a etapa referente a divulgação no portal do Tribunal de informações e serviços oferecidos relacionados à temática da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher deveria ter iniciado em maio de 2017 e está sem execução. Também vem sendo realizados esforços concentrados para agilizar o julgamento de processos que envolvam esse tema, para tanto foram realizadas reuniões com juízes das varas de violência doméstica e/ou com competência para matéria, posteriormente foi feito o levantamento de todos os processos que estavam aguardando julgamento e foram realizadas a 7º e 8º semana justiça pela paz em casa.

Encontra-se em andamento a implementação de sistemática de gestão de medidas protetivas, iniciou-se a interlocução com as comarcas de Abaetetuba, Barcarena, Mojú, Salinas, Santarém, Marabá, Altamira, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, Breves, Belém e comarcas próximas, foi definida a área de aplicação do projeto, além das tratativas com a Polícia Militar, Secretário de Segurança Pública e gestores municipais, posteriormente será elaborado um termo de cooperação técnica e a capacitação do contingente da polícia militar envolvida na patrulha Maria da Penha e dos agentes de justiça no SOS Mulher nas comarcas selecionadas.

O TJPA está implementando programa de justiça restaurativa, para tanto foi criado um grupo de trabalho, porém a revisão do normativo do programa está em atraso, assim como a elaboração de um termo de cooperação técnica interinstitucional. Encontra-se em andamento a promoção de ações da justiça restaurativa. Também está em fase de execução a expansão da aplicação das penas e medidas alternativas, tendo sido elaborado convênio com o município de Ananindeua e a vara de execução de penas e medidas alternativas. Ressalta-se que está em atraso a capacitação dos parceiros pelo setor interdisciplinar do núcleo de Ananindeua e a operacionalização do convênio iniciará em 2018.

Foi finalizada a ação referente ao esforço concentrado de presos provisórios e foram apresentados os seguintes resultados: identificados, separados e analisados mais de 4 mil processos envolvendo presos provisórios, realizadas 1.479 audiências e julgamentos processos, com priorização daqueles com mais de 180 dias.

A ação de promoção de campanhas de divulgação dos projetos que previnam a violência a criança e adolescente deveria ter iniciado em maio e ainda encontra-se sem execução. A implementação de medidas de priorização do atendimento ao idoso nas varas criminais



está em execução, porém há problemas no levantamento dos processos criminais do TJPA no sistema Libra, que envolvam idosos quer como vítimas quer como réus, pois das 163 unidades com competência criminal apenas 51 realizaram a separação dos processos que envolvem idosos.

Quanto ao fortalecimento da Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar deveria ter sido elaborada uma minuta de instrumento normativo para reestruturação da Coordenadoria da mulher conforme Portaria 015/2017 do CNJ, o prazo final era dezembro de 2017 e a etapa seguinte que é a lotação de servidores para compor a equipe ainda não foi iniciada, visto que depende da reestruturação.

✓ **MACRODESAFIO: MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS**

Para potencializar o capital humano no TJPA, o desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos magistrados e servidores, bem como adequada distribuição da força de trabalho, estão sendo executadas 10 ações, com 53% de execução, com destaque para a implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de vida de magistrados e servidores, com ênfase na promoção e proteção à saúde e prevenção de doenças.

Avaliação do Macrodesafio: Encontra-se em andamento o mapeamento das competências, para tanto foi realizado o levantamento de atribuições de cargos e funções e identificação preliminar das competências, porém ainda não foi finalizada a validação das descrições dos cargos, funções e competências individuais, o prazo venceu em agosto de 2017. Está em andamento a sensibilização de magistrados e servidores.

A ação referente a implementação do sistema de avaliação de desempenho com foco em competências está em atraso, até o momento não foi definida a metodologia que será adotada o que compromete o andamento das etapas seguintes. Quanto a implementação do plano de cumprimento das resoluções CNJ nº 219/2016 e nº 243/2016, já foram publicadas as tabelas de lotação de pessoal, publicadas as resoluções 13 e 16/2017, houve a apresentação dos dados de pessoal, LP (Lotação Paradigma) e LPEX (Lotação Paradigma da Execução de Mandados), através da ferramenta de *Business Intelligence* (BI). Estão pendentes e em atraso a padronização das informações de distribuição e cumprimento de mandados contidas nos sistemas Libra, Projudi e Pje, no ambiente computacional *Dataware House* (DW) e a movimentação de pessoal.

Outra ação que vem sendo executada pela SGP é o assentamento funcional digital, já foi adquirido módulo, porém a implantação e o treinamento estão em atraso. A SGP está digitalizando os assentamentos de magistrados e servidores ativos.

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal está trabalhando na implantação de curso de especialização na modalidade EAD, para tanto foi definido o curso de Direito



Processual, porém a implantação que estava prevista para acontecer em agosto de 2017 ainda não ocorreu. Outra ação de responsabilidade dessa Coordenadoria é a implantação do plano de formação e aperfeiçoamento inicial e continuado de servidores, conforme gestão por competências, porém encontra-se sem execução. Foi concluída a implantação do programa de desenvolvimento em técnicas de gerenciamento e liderança de magistrados e diretores de secretaria que tem como intuito desenvolver magistrados e servidores para que exerçam melhor o papel dos gestores, contribuindo para o aprimoramento da gestão de pessoas e também para produtividade das unidades de trabalho.

Neste macrodesafio também está em andamento a transformação da Escola Superior da Magistratura em Escola Judiciária. Foram realizados estudos para subsidiar a elaboração do projeto de lei da Escola Judiciária, porém o prazo para entrega do referido projeto e do regimento interno não foi cumprido e a etapa está em atraso.

A Coordenadoria de Saúde do Tribunal está trabalhando na implementação do Programa de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de vida de magistrados e servidores, com ênfase na promoção e proteção à saúde e prevenção de doenças. Está em andamento a institucionalização de projetos de saúde e qualidade de vida, já foram realizados 52 eventos periódicos em saúde, qualidade de vida, cultura e sustentabilidade, porém está em atraso a implementação do plano de comunicação em saúde não foi finalizado no prazo que estava previsto para julho de 2017.

✓ **MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS**

Para estabelecer uma cultura de redução dos desperdícios de recursos públicos e melhor direcionamento dos gastos foi instituída 2 ações, uma Rede de Governança na área de contratação de bens e serviços e está em andamento a implementação do sistema integrado de custos. O referido macrodesafio está com 81% de execução.

Avaliação do Macrodesafio: Quanto a implementação do sistema de custos destaca-se que a contratação do sistema está em atraso, pois deveria ter sido concluída em setembro de 2017. Já a ação referente a rede de governança foi finalizada com a assinatura de um termo de cooperação técnica entre TJPA, TER, TRT8 e TRF1.

✓ **MACRODESAFIO: INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA**

A instituição da governança judiciária está com percentual de execução de 63%, e vem sendo executada através de 8 iniciativas estratégicas:



- **Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros (7 ações):** as ações estão sendo trabalhadas com o objetivo de incrementar o crescimento da receita própria do Judiciário. Está com 48% de execução.

Avaliação da Iniciativa: Esta iniciativa apresenta problemas na execução das seguintes ações: aprimoramento da estrutura física e organizacional da Coordenadoria Geral de Arrecadação – CGA, que até o momento não apresenta execução e a ação de aprimoramento dos sistemas de arrecadação das receitas próprias, que possui 29 etapas das quais 15 foram concluídas, porém 7 encontram-se em atraso, o que poderá comprometer o prazo previsto de finalização.

O aprimoramento dos processos de trabalho na arrecadação das receitas próprias judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará está sendo executado conforme previsão e encontra-se na fase de elaboração de estudo para readequação das tabelas de custas judiciais. O Aprimoramento dos sistemas de arrecadação das receitas próprias extrajudiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, possui 22 etapas das quais 7 foram concluídas como: Implementação do recebimento de arquivo de título CDA com múltiplos devedores, criação de novas colunas na tabela de boletos, implementação de controle de títulos distribuídos e da taxa de distribuição e implementação de controle de boletos parcelados no SIAE.

Paralelamente ao aprimoramento do sistema extrajudicial vem sendo trabalhado o aprimoramento dos processos de trabalho na arrecadação das receitas extrajudiciais, onde foi elaborado estudo para implantação de novo sistema e estudo para implantação de selo digital, as demais etapas que compõem esta ação encontram-se dentro do prazo previsto para execução.

Para atender esta iniciativa já foi desenvolvido e implantado um módulo de repasse no sistema de gestão de depósitos judiciais adaptado a legislação que permitiu a utilização desses recursos pelo executivo Estadual e Municipal, além do desenvolvimento e implantação de Guias Fiança Online para atender solicitação da Polícia Civil e de Recolhimento de Depósitos de Precatórios Online.

Outra ação que está sendo trabalhada para aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros é a gestão de todas as fontes de financiamento do judiciário. Está sendo efetuado o acompanhamento da receita líquida resultante de impostos e das receitas que compõem o Fundo de Reparcelamento. Porém até o momento não foi publicada a portaria do grupo de trabalho para acompanhamento das receitas, que deveria ter sido elaborada até junho de 2017 e a elaboração de manual abordando os conceitos, a forma de cálculo de sua estimativa bem como o acompanhamento das receitas públicas que compõem os recursos do TJPA, deveria ter iniciado em abril de 2017, porém até o momento encontra-se sem execução.



- **Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário (3 ações):** a iniciativa encontra-se em execução com vistas a melhoria, expansão, reforma, manutenção e aparelhamento do Poder Judiciário. Está com 51% de execução.

Avaliação da Iniciativa: Encontra-se em elaboração um projeto piloto de unidade sustentável, para tanto foi definido o prédio do almoxarifado da cidade velha para receber as adaptações, a escolha desta edificação gera o benefício duplo da sustentabilidade ambiental e a salvaguarda do patrimônio histórico de Belém. Também estão em elaboração planos para modernização das unidades judiciárias. Já foram feitos levantamentos em 45 comarcas do Interior, os dados foram sistematizados e foi elaborado um relatório. Estão em andamento a elaboração do diagnóstico e posteriormente será iniciada a validação dos planos de ação.

Na ação referente a manutenção dos edifícios do poder judiciário já houve o levantamento dos edifícios com maior necessidade de manutenção (Fórum Cível, Marabá, Santarém, Icoaraci e Parauapebas), assim como também foi concluída a elaboração de termo de referência para serviços de refrigeração. Há duas pendências na execução desta ação, uma referente a elaboração de plano de capacitação em cabeamento estruturado, que deveria ter sido concluída em setembro de 2017 e não apresenta execução e a outra pendência refere-se a definição do processo de acompanhamento de infraestrutura de redes, que deveria ter iniciado em maio de 2017.

- **Gestão do Planejamento Estratégico (2 ações):** vem sendo desenvolvido o projeto gestão participativa e a elaboração de um plano de comunicação da estratégia. Está com 54% de execução.

Avaliação da iniciativa: Foi construído plano de comunicação da estratégia e elaborado o material informatizado para o trabalho de comunicação estratégia. Nos dias 24 e 25 de agosto foram realizadas no fórum civil, durante o evento "Visitas Institucionais da Presidência" oficinas de planejamento com Juízes e diretores de secretarias, com a participação de 80 pessoas. Nos dias 31 de agosto e 01 de setembro foram realizadas as oficinas de planejamento com os juízes e diretores de secretarias criminais. Além da apresentação de principais pontos do Plano Estratégico vigente e do Plano de Gestão 2017-2019, foram realizadas por meio de oficinas de trabalho conduzidas por magistrados e apoiados por servidores do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística. Também foi realizada Visita Institucional em Paragominas nos dias 23 e 24 de novembro de 2017. A etapa referente as reuniões de comunicação da estratégia deveria ter sido concluída em dezembro, porém a visita institucional de Castanhal foi programada para março de 2018. A apresentação dos resultados será realizada em 2018.



- **Fortalecimento do Sistema de Controles Internos do TJPA (2 ações):** visa fortalecer os mecanismos de controle interno. Está em execução a capacitação de servidores em Gestão de Riscos, bem como a elaboração de uma política sobre o tema, além do projeto Manualize Legal. Está com 57% de execução.

Avaliação da iniciativa: Durante o exercício de 2017 foram realizados 4 workshops sobre gestão de riscos com os seguintes temas: Governança e Gestão de Riscos em Órgãos Públicos, Contexto e Identificação dos Riscos, Análise e Avaliação dos Riscos e Tratamento e Monitoramento de Riscos. Há previsão da realização de mais dois eventos em 2018. Ressalta-se que a política de gestão de riscos está em execução com previsão de conclusão em 2018. Quanto ao projeto Manualize Legal iniciaram os mapeamentos de processos na Secretaria de Informática e Secretaria de Controle Interno, nas outras secretarias a previsão de início é 2018.

- **Otimização da Gestão da Informação (5 ações):** está em andamento com 59% de execução, a gestão documental, que assegura acesso célere às informações e preserva a memória institucional.

Avaliação da Iniciativa: Nesta iniciativa vem sendo trabalhado o aperfeiçoamento da área de buscas das normas internas do TJPA em seu portal externo e interno, já foi realizado o levantamento dos normativos existentes, bem como a construção de ferramenta de indexação. A organização dos normativos está em andamento. A disponibilização de um sistema de busca e a padronização dos fluxos deveriam ter iniciados respectivamente em outubro e dezembro de 2017, porém encontram-se sem execução.

Quanto a implementação da gestão documental em Belém e nas Regiões Judiciárias de Ananindeua, Castanhal e Santarém, foi definida a política documental, o levantamento da situação dos arquivos e definição do cronograma de trabalho. A estruturação do galpão do arquivo regional I está em andamento e dentro do prazo estabelecido. Foi elaborado um cronograma de visita às comarcas para orientar acerca dos procedimentos que deverão ser tomados para o encaminhamento da documentação para a unidade regional. Será realizado também treinamento em gestão documental e tratamento documental. Outro ponto que está sendo trabalhado é o registro da memória do Poder Judiciário, para tanto foi realizado o levantamento de dados e de requisitos, com a sequência de cadeiras dos desembargadores elaborada. Está em atraso a especificação para fins de informatização, e o desenvolvimento da página no portal interno e externo. A divulgação das informações institucionais da memória deverá ocorrer até setembro de 2018.

Outro ponto importante da iniciativa foi a implantação do projeto audioguia para visitantes do prédio sede, através do qual são prestadas informações históricas aos jurisdicionados, referentes a memória do judiciário paraense.



- **Aprimoramento da Comunicação Interna e Externa (2 ações):** a disseminação da comunicação interna e externa, vem sendo realizada através da divulgação de vídeos institucionais. As ações foram 100% executadas.

Avaliação da Iniciativa: Foi elaborado um plano de comunicação interna no qual foram definidos meios e recursos (materiais e de pessoal) para a efetiva melhoria da comunicação interna e, conseqüentemente, da imagem do TJPA na ótica do servidor, além de melhoria do ambiente de trabalho e da comunicação intra-setores. Para tanto houve diagnóstico preliminar da Secretaria de Gestão de Pessoas, que resultou na elaboração do plano setorial modelo. Também houve ampliação das plataformas de comunicação interna e externa, com divulgação de vídeos institucionais nas mídias sociais.

- **Fortalecimento de práticas sustentáveis (2 ações):** em curso, com 70% de execução, ações fundamentadas no Plano de Logística Sustentável (PLS), sensibilização de magistrados, servidores e colaboradores nas questões socioambientais.

Avaliação da Iniciativa: Por meio da portaria 5326/2017-GP, foi publicado o "Projeto Reciclar Direito" e estão sendo realizadas campanhas de sensibilização sobre o Plano de Logística Sustentável em eventos realizados pelo TJPA como: ambientação de novos servidores, visitas institucionais, treinamentos de terceirizados e etc. Porém ressalta-se que a etapa onde deveriam ser descritos os mecanismos de divulgação do PLS encontra-se sem execução e vencida, o material para divulgação da campanha também não foi elaborado e a etapa está vencida desde setembro de 2017. O lançamento das campanhas de sensibilização encontra-se em andamento.

- **Fortalecimento das relações institucionais (2 ações):** em andamento, com 94% de execução, ações de cooperação para realização de parcerias interinstitucionais, visando implantação do Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT-JUS).

Avaliação da Iniciativa: Encontra-se em andamento a implantação do NAT-JUS, tendo sido criado grupo de trabalho e firmado acordo ente TJPA e SESPA. Estão pendentes as diretrizes de funcionamento do núcleo e a elaboração do ato normativo. A ação que trata da transformação do comitê interestadual de resolução administrativa de demandas de saúde (Cirards) em Comitê Estadual de Saúde está em atraso, pois está pendente a elaboração de proposta de revisão dos códigos de registros nas tabelas de classes para cadastro de ações de saúde.

✓ **MACRODESAFIO: MELHORIA DE GOVERNANÇA DE TIC**

Visa garantir confiabilidade, disponibilidade das informações e dos serviços e sistemas essenciais da justiça, neste sentido encontra-se com 53% de execução 11 ações



desmembradas em 133 etapas, dentre elas podemos mencionar: implantação do datacenter, aperfeiçoamento do circuito de comunicação de dados, implantação do plenário virtual e fortalecimento da segurança da informação.

Avaliação do Macrodesafio: Para garantir o cumprimento do macro encontram-se em andamento as seguintes ações:

- Construção do *datacenter*, com previsão de conclusão para 17/04/2018, porém há atraso na contratação de empresa especializada em *moving*.
- Aperfeiçoamento do circuito de comunicação de dados que tem por objetivo remodelar a topologia de rede de comunicação de dados para concluir a implantação da rede de fibra óptica na RMB, expandir a rede de fibra óptica no interior, substituir os circuitos satélites por circuitos terrestres. Todas as etapas que compõem a ação estão dentro do prazo.
- Implantação de projeto-piloto de tecnologias de rede sem fio (wireless) e de virtualização de ambiente de trabalho, destaca-se que a etapa referente a elaboração da documentação para adquirir solução de rede sem fio deveria ter iniciado em julho de 2017 e ainda encontra-se sem execução, por consequência a etapa seguinte de contratação de solução de rede sem fio está em atraso, já a aquisição da solução de virtualização de estação de trabalho deveria ter sido iniciada em julho de 2017, porém não constam informações no sistema de monitoramento.
- Aprimoramento da gestão e integração dos sistemas judiciais e administrativos do Poder Judiciário Estadual, nesta ação já foram desenvolvidos o PJE relatórios, integração TJ e correios, módulo de consulta para advogados, integração com webservices de tribunais superiores, integração do LIBRA com a SUSIPE, além da elaboração de normativo referente a boas práticas de desenvolvimento de sistemas. Está em andamento o desenvolvimento do novo DJE, a instalação da versão 2.0 do PJE e as boas práticas no desenvolvimento de sistemas.
- Consolidação do uso de ferramentas de extração de informações para apoio na tomada de decisões, foram atualizados os novos datamarts no BI e data warehouse, o aprimoramento do processo ETL e migração do ambiente ODI (Oracle Data Integrator) para a versão 12, porém não consta no SIMPLAN informações sobre o desempenho das etapas. Está em andamento a migração do ambiente OBIEE para a versão 12.
- Implantação do Plenário Virtual no âmbito das sessões de julgamento do Tribunal, foi realizada a coleta de requisitos e o desenvolvimento da ferramenta de julgamento que permite o julgamento *online* de agravos de instrumentos, habeas corpus e admissibilidade de IRDR e IAC. Para finalizar a ação está faltando a capacitação e treinamento das varas, até o momento já foi executada 50% da programação.
- Fortalecimento da Segurança da Informação, está em andamento a implantação do PDCA, a implantação de política de troca de senha periódica nos bancos de dados, a revisão da política de segurança e a capacitação presencial, quanto a capacitação a



distância a previsão é para 2018. Encontra-se em atraso a revisão das permissões dos usuários dos bancos de dados

- Atualização dos ambientes tecnológicos, já foram concluídas as etapas de elaboração de documentação e contratação de licenças das soluções Oracle e PostgreSQL, atualização e expansão do ambiente do armazenamento de dados (storage) da NetApp, atualização da infraestrutura de conectividade de rede dos Datacenters, organização do cabeamento lógico e adequação da infraestrutura do servidor de aplicação, as demais etapas que compõem a ação estão em andamento dentro do prazo previsto.
- Implantar processo de gerência de configuração, em andamento a atualização/customização da ferramenta de Gerenciamento de Serviço, atualização do Inventário Físico de Ativos de Microinformática e ativos de rede. A implantação/configuração da ferramenta de Inventário Lógico de Ativos deveria ter iniciado em setembro de 2017, porém encontra-se em execução. As demais etapas da ação estão dentro do prazo previsto.
- Implantar escritório de projetos, houve a revisão do normativo do escritório, implantação da ferramenta de gestão de projetos e realizado o planejamento pela Secretaria de Informática.encontra-se em andamento e dentro do prazo a criação de ferramenta de acompanhamento de projetos.
- Expandir a metodologia de gestão de contratos, foi definida a solução a ser utilizada, implementadas as melhorias e adaptações, além de testes e correções, a única pendência é a implantação da solução que está em andamento e dentro do prazo.

✓ **AÇÃO DE INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA - SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO**

Esta iniciativa é composta por 2 ações, com 62% de execução, que são: elaborar programa integrado de segurança do Poder Judiciário e implantar projeto piloto de segurança. Ressalta-se que o projeto piloto de Segurança será implantado na comarca de Tomé-Açu.

Avaliação do Macrodesafio: As ações que compõem a iniciativa estão sendo executadas conforme o previsto inicialmente no plano de gestão. O prazo para conclusão da iniciativa é outubro de 2018. Até dezembro de 2017 encontra-se em andamento a definição do escopo do programa de segurança que será adotado no TJPA e concomitante a esta ação está sendo trabalhada a implantação do projeto piloto de segurança na Comarca de Tomé Açu.